

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.799.129 - RJ (2018/0321947-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE : GLAUCO DE ANDRADE AFFONSO**  
**ADVOGADOS : MARCELO GIOVANNI VALENTE MATURANA E OUTRO(S) -**  
RJ134162  
RAFAEL RODRIGUES REZENDE LEITE - RJ135254  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**EMBARGADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR : VERÔNICA PINHEIRO VIDAL E OUTRO(S) - RJ077473**  
**EMBARGADO : CARLOS ALBERTO DA SILVA JUNIOR**  
**ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DA SILVA - RJ046517**  
DEYSE HENRIQUE BARBOSA - RJ176111  
**EMBARGADO : LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA MATHIAS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**EMBARGADO : JORGE LUIZ DIAS FONSECA**  
**ADVOGADO : FRANCISCO VELTRI CASCARDO E OUTRO(S) - RJ036343**  
**INTERES. : STELIO GALVAO BUENO NETO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**INTERES. : JOÃO BATISTA PAIVA**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO GREGÓRIO DA SILVA E OUTRO(S) - RJ066927**  
THIAGO OLIVEIRA DA SILVA - RJ175351  
**INTERES. : THIAGO FISCHER SOBRAL DE SOUSA**  
**ADVOGADOS : CÉSAR TEIXEIRA DIAS - RJ031988**  
LEONARDO GONÇALVES DA SILVA - RJ105978  
**INTERES. : ESTEVAO GOMES DA ROCHA**  
**ADVOGADOS : HUMBERTO DE SOUZA CARNEIRO - RJ057756**  
GILDO ROLLEMBERG AGUIAR - RJ065139

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCONFORMISMO DO EMBARGANTE. EFEITOS INFRINGENTES. INVIABILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por Glauco de Andrade Afonso, em face de decisão monocrática sintetizada na seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPROBIDADE

ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

O embargante sustenta que a decisão embargada incorreu em omissão porque não se manifestou acerca da tese suscitada no recurso especial não conhecido. No ponto, sustenta que *as decisões proferidas no feito são omissas uma vez que apenas mencionam as razões do ora recorrente, sendo omissas quanto as questões jurídicas, das quais deveria se pronunciar, repita-se, individualmente, já que existem vários réus, com condutas diversas e distintamente apontadas na exordial do Ministério Público. É preciso e necessário, individualizar as condutas, bem como individualizar a fundamentação de mérito, quando da prolação do v. acórdão, tendo em vista, que no suposto esquema em que fora citado o réu GLAUCO DE ANDRADE AFFONSO sequer atuava na função logo, não podendo ser condenado de forma global (fl. 1614 e-STJ).*

Requer sejam acolhidos os embargos.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Para que os aclaratórios, que são recurso de fundamentação vinculada, possam prosperar, faz-se necessário que o embargante demonstre, de forma clara, a ocorrência de obscuridade, contradição, omissão ou - como previsto na novel legislação - erro material em algum ponto do julgado, sendo tais vícios capazes de comprometer a verdade e os fatos postos nos autos.

No caso, verifica-se que o ora embargante não aponta nenhum dos vícios dispostos no art. 1022 do CPC/2015, mas tão somente busca a reforma da decisão embargada a fim de que seja acolhida a pretensão deduzida no apelo nobre. Desse modo, existe, apenas, entendimento contrário à pretensão recursal, sendo manifesta a intenção de rever a controvérsia analisada adequadamente no aresto embargado.

Com efeito, no tocante à indicada contradição e omissão na decisão embargada, verifica-se que o *decisum* embargado foi preciso e suficientemente claro. A propósito, consignou a decisão embargada:

No tocante à tese de que a houve violação ao art. 489, II, do CPC/2015 [único dispositivo indicado como violado no recurso especial] em razão da falta de fundamentação no acórdão recorrido, nota-se, pela leitura dos autos, que não houve apreciação pelo Tribunal de origem sobre a tese em referência, o que impossibilita o julgamento do recurso nesse aspecto, por ausência de prequestionamento, nos termos das Súmulas 282/STF e 211/STJ, respectivamente: *“É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”; “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo”*.

*In casu*, observa-se que, apesar de opostos embargos declaratórios pela ora recorrente, o apelo especial não apresenta fundamentação relativa a eventual violação ao art. 1022 do CPC, por ausência de prestação jurisdicional por parte do Tribunal *a quo*.

Efetivamente, para a configuração do questionamento prévio, não é necessário que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados. Todavia, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso.

Assim, o embargante objetiva apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração. Como já explicitado inicialmente, os declaratórios apenas são cabíveis nos casos de omissão, obscuridade ou contradição, não se prestando a reapreciar a causa, tampouco a reformar o entendimento proferido pelo órgão julgador, em razão dos rígidos contornos processuais desta espécie de recurso.

Sobre o tema, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÕES. ARGUMENTOS RELEVANTES PARA A RESOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. VÍCIOS CONFIGURADOS. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. **Ausente manifestação quanto a pontos relevantes para a solução da controvérsia, malgrado a oposição de embargos de declaração, configura-se a violação do art. 535 do CPC/1973 por vício de omissão.**

2. No caso, o silêncio quanto à existência, ou não, denexo causal entre a doença e o serviço do militar temporário, à configuração da invalidez e à suposta incorreção da base de cálculo dos honorários advocatícios tem pertinência para o reconhecimento do direito à reforma, assim como repercussão econômica na sucumbência.

3. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1318186/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 22/05/2019)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. ÓBITO DO PACIENTE. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. DATA DA EFETIVA CIÊNCIA DO DANO. LAUDOS MÉDICOS. MARCO INAUGURAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, DO NCPC. OBSCURIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INOVAÇÃO RECURSAL. RECURSO PROTELATÓRIO. MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO NCPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

[...]

2. **De acordo com o NCPC, a omissão que enseja o oferecimento de embargos de declaração consiste na falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de fato ou de direito ventilado nas razões recursais e sobre o qual deveria manifestar-se o juiz ou o tribunal, e que, nos termos do NCPC, é capaz, por si só, de infirmar a conclusão adotada para o julgamento do recurso (arts. 1.022 e 489, § 1º, ambos do NCPC).**

[...]

6. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa.

(EDcl no AgInt no AREsp 1311258/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/04/2019, DJe 22/04/2019)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração, por ausência dos vícios previstos na lei processual.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

